



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2018

Nível Médio – Manhã  
Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato

Inscrição

Composição do Caderno

Língua Portuguesa	1 a 15
Legislação e Ética no Serviço Público	16 a 20
Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência	21 a 25
Noções de Informática	26 a 30
Direito Constitucional	31 a 34
Direito Administrativo	35 a 38
Direito do Trabalho	39 a 45
Direito Processual do Trabalho	46 a 52
Direito Civil	53 a 56
Direito Processual Civil	57 a 60

PROVA

01

Lembre-se de marcar o  
número correspondente a sua  
Prova na Folha de Respostas

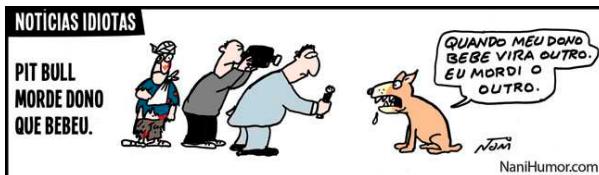
1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso e para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: •
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinarem o envelope de retorno.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva de Estudo de Caso, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP – [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences.

**ATENÇÃO!**

**NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de 01 a 04 referem-se à charge abaixo.



01. **O humor da tira consiste no fato de**
  - (A) haver fotógrafos cobrindo uma notícia banal.
  - (B) o cachorro ser capaz de falar como os homens.
  - (C) o dono do animal estar estraçalhado ao fundo.
  - (D) a expressão 'o outro' ser empregada com duplo sentido.
  - (E) o repórter dar mais atenção ao cão do que ao dono.
02. **A expressão outro é empregada, respectivamente, como**
  - (A) predicativo e objeto indireto.
  - (B) sujeito e predicativo.
  - (C) predicativo e objeto direto.
  - (D) predicativo e predicativo.
  - (E) sujeito e adjunto adverbial.
03. **A relação lógico-semântica estabelecida no período “Quando meu dono bebe vira outro” é a de**
  - (A) finalidade.
  - (B) causa.
  - (C) tempo.
  - (D) concessão.
  - (E) consecução.
04. **Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao que se afirma abaixo.**
  - (A) A expressão o outro, em mordi o outro, indica que esse outro já foi mencionado.
  - (B) Em “Pit Bull morde dono que bebeu”, o elemento que é conjunção integrante.
  - (C) A forma verbal bebe está conjugada no tempo presente do modo indicativo.
  - (D) A forma verbal morde está no tempo presente do modo indicativo.
  - (E) A forma verbal bebeu está no tempo pretérito perfeito do modo indicativo.

As questões 05 e 06 referem-se à charge abaixo.



05. **Não é sinônima para a palavra probo a expressão**
  - (A) honesto.
  - (B) honrado.
  - (C) reto.
  - (D) justo.
  - (E) ordinário.
06. **O humor da charge consiste**
  - (A) no emprego da palavra bullying.
  - (B) em todos serem corruptos menos ele.
  - (C) em haver ironia nos insultos dos políticos.
  - (D) em ainda haver políticos idôneos.
  - (E) no emprego de palavrões pelos políticos.

As questões de 07 a 09 referem-se ao texto abaixo.

**A cura do envelhecimento**

**Pílulas, células-tronco, dietas e tratamentos para evitar doenças e regenerar órgãos. Conheça as novas armas da ciência para nos manter com aparência jovem para sempre**

O soldado e explorador espanhol Juan Ponce de León (1460-1521) já havia acompanhado Cristóvão Colombo em sua segunda viagem à América quando começou sua busca pela mitológica Fonte da Juventude. Os nativos de Porto Rico, onde Ponce havia criado uma colônia, diziam existir tal fonte misteriosa capaz de proporcionar a jovialidade eterna para quem em suas águas se banhasse. O viajante nunca a encontrou — acabou foi descobrindo a Flórida, ironicamente o estado americano hoje com a maior proporção de idosos. Ponce de León não foi o único a procurar incansavelmente por uma forma de ser jovem para sempre. A busca pela imortalidade e pela juventude eterna sempre fascinou o homem, único animal que tem consciência da própria morte — e por isso sofre. Mas nunca esteve tão próxima de ser alcançada.

Como Ponce de Leóns contemporâneos, os cientistas do século 21 vêm perseguindo o fim da maior causa de morte do mundo: a velhice. Por consequência, as doenças decorrentes dela. E parecem estar mais próximos de, no mínimo, postergá-la. “Os avanços da área biológica que surgem nesse começo de século indicam que muitos de nós poderemos chegar facilmente aos 100, 150 anos”, diz o professor do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Stevens Rehen.

Prolongar a vida seria apenas uma consequência de fazer as pessoas serem mais saudáveis por mais tempo. Esse é o principal objetivo da nova ciência do antienvelhecimento, que pretende atacar de uma só vez todas as formas de deterioração do corpo para fazer com que o nosso relógio biológico corra mais devagar. Assim, ficaríamos longe de doenças decorrentes da idade avançada — como Alzheimer, demência, diabetes e doenças cardíacas — por mais tempo. Atacar a velhice, portanto, seria a melhor e talvez única forma de nos afastarmos dos males provocados por ela. Combater uma a uma as doenças — algo que desde sempre fazemos — não surtiria grandes efeitos. Nos Estados Unidos, por exemplo, se os problemas de coração fossem totalmente eliminados, a expectativa de vida não subiria mais do que três anos. O mesmo que proporcionaria uma cura milagrosa para o câncer. “O risco de doenças fatais dispara após os 60 anos. Assim, mesmo que evitemos o ataque cardíaco, outros problemas vão nos pegar”, afirma o escritor de ciência e medicina americano David Stipp, autor do livro *The Youth Pill (A Pílula da Juventude)*, sem edição no Brasil), lançado no ano passado. Por isso, a maneira de aumentar a expectativa e a qualidade de vida para valer é evitar chegar nesse estágio em que já estamos mais fracos e vulneráveis a doenças.

Disponível em <<http://revistagalileu.globo.com>>.

**07. Em “A cura do envelhecimento”, a expressão “do envelhecimento” funciona como**

- (A) complemento nominal.
- (B) agente da passiva
- (C) adjunto adnominal.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) objeto indireto.

**08. Assinale a palavra grafada corretamente.**

- (A) Contemporâneidade.
- (B) Irônica.
- (C) Mitologia.
- (D) Próximidade.
- (E) Demênte.

**09. Assinale a alternativa correta quanto ao que se afirma abaixo.**

- (A) Em “Os nativos de Porto Rico, onde Ponce havia criado uma colônia...”, a expressão “onde” pode ser substituída pela expressão **em que**.

(B) Em “A busca pela imortalidade e pela juventude eterna sempre fascinou...”, a forma verbal “fascinou” pode ser flexionada no plural para concordar com imortalidade e juventude.

(C) Em “Como Ponce de Leóns contemporâneos, os cientistas do século 21 vêm perseguindo...”, a forma verbal “vêm” pode ser escrita **vem**.

(D) Em “Os avanços da área biológica que surgem nesse começo de século indicam...”, a forma verbal “surgem” pode ser flexionada no singular para concordar com área biológica.

(E) Em “Assim, mesmo que evitemos o ataque cardíaco, outros problemas vão nos pegar”, a expressão “mesmo que” pode ser substituída por **ainda que**.

**Pelo menos dois usuários de drogas são internados à força por dia em SP**

**Número pode ser maior, porque nem sempre o Ministério Público – responsável pela compilação dos dados – é notificado da internação**

Enquanto se discute, na esfera judicial, se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não, pelo menos 5.103 dependentes desta e de outras drogas foram internados de forma involuntária em São Paulo nos últimos oito anos. Na média, são quase dois por dia. Levantamento inédito obtido pelo Estado revela que, ao contar outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos.

A maior parte dos pacientes voluntários apresenta diagnóstico de psicose, esquizofrenia e dependência química provocada por álcool e drogas – doenças diretamente associadas, segundo especialistas, e somam mais de 20 mil casos. Na lista, há relatos de transtornos causados por crack, cocaína, heroína e maconha entre usuários de até 60 anos, incluindo adolescentes. Os dados são do Ministério Público Estadual, que deve ser notificado quando a internação involuntária ocorre mediante aprovação da família, em um prazo máximo de 72 horas. A regra vale para qualquer diagnóstico, que tem relação, ou não, com o uso de álcool e drogas.

Apesar de polêmica, a medida é considerada legal em todo o País desde abril de 2001, a partir da publicação da Lei 10.216, que permite que parentes de sangue optem pelo tratamento mesmo sem consentimento do paciente. A legalidade da internação, no entanto, depende da apresentação de um laudo médico, assinado por um psiquiatra. A exigência médica – aliada à regra que proíbe que o tratamento involuntário seja solicitado por maridos e mulheres – promove, segundo representantes do Ministério Público, uma subnotificação, especialmente entre pacientes com alto poder aquisitivo, que podem pagar clínicas particulares.



Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado. "Isso ocorre porque as clínicas clandestinas que afirmam tratar dependentes químicos proliferaram-se no Estado. Elas não fazem a notificação obrigatória quando recebem um paciente internado de forma involuntária porque são irregulares, não têm estrutura física ou médica e, muitas vezes, nem tratamento oferecem", diz Coimbra, que coordena o Centro de Apoio Operacional (CAO) Cível e de Tutela Coletiva da Saúde Pública. O promotor defende a criação de uma legislação específica que regule o trabalho dessas instituições, a fim de evitar que familiares se iludem com propagandas enganosas e pacientes sejam maltratados durante a internação. "Temos de promover uma ampla discussão sobre o tema, que determine novas condições de fiscalização. O Ministério Público não tem como atuar sozinho", destacou Coimbra.

Adaptado de <http://www.estadao.com.br/> 04 de março de 2018.

- 10. De acordo com o texto, é correto afirmar que**
- (A) a quantidade de internações involuntárias em São Paulo é muito maior do que as notificações legais, pois há muitas clínicas irregulares que não fazem a notificação obrigatória.
- (B) a internação involuntária de dependentes químicos ou portadores de doenças psiquiátricas sempre foi legal no Brasil, desde que com o consentimento de um dos familiares.
- (C) a internação involuntária deve ser notificada ao Ministério Público Federal em um prazo mínimo de 72 horas e restringe-se aos casos de internações relacionadas à dependência de álcool e drogas.
- (D) as internações involuntárias notificadas de correntes de transtornos psíquicos ocorrem somente entre jovens e adolescentes, sendo os últimos a grande maioria.
- (E) para que a internação de dependentes químicos ou portadores de doenças psiquiátricas seja legal, basta a solicitação por parte de um familiar que apresente laços consanguíneos.

- 11. "Enquanto se discute, na esfera judicial, se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não..."**

O termo destacado no fragmento acima é empregado como

- (A) conjunção coordenativa.
- (B) pronome apassivador.
- (C) palavra expletiva.
- (D) índice de indeterminação do sujeito.
- (E) conjunção integrante.

- 12. Assinale a alternativa que apresenta o par correto quanto à grafia e acentuação.**
- (A) Válido – validade.
- (B) Público – publicidade.
- (C) Psiquiátria – psiquiátrico.
- (D) Heroico – herói.
- (E) Família – familiar.
- 13. "A regra vale para qualquer diagnóstico, que tem relação, ou não, com o uso de álcool e drogas."**
- A expressão destacada, no fragmento acima, funciona como
- (A) objeto direto.
- (B) complemento nominal.
- (C) predicativo.
- (D) objeto indireto.
- (E) sujeito.
- 14. "....Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado."**
- A expressão destacada, no fragmento acima, expressa
- (A) contraste.
- (B) explicação.
- (C) alternância.
- (D) conclusão.
- (E) adição.
- 15. "Levantamento inédito obtido pelo Estado revela que, ao contar outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos."**
- A relação lógico-semântica estabelecida pela oração destacada no período acima é a de
- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) tempo.
- (D) conclusão.
- (E) concessão.

### LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

- 16. Segundo o Código de Ética do TRT 1ª Região, a Comissão de Ética deverá comunicar a instauração do processo ao envolvido, com imediata ciência ao:**
- (A) Presidente do Tribunal e Diretor-Geral, quando se tratar de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1.
- (B) Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência, os servidores em geral, observada a hierarquia a que estão vinculados.



- (C) Presidente do Tribunal, Diretor-Geral, Secretário-Geral Judiciário ou Secretário-Geral da Presidência, os servidores em geral, observada a hierarquia a que estão vinculados.
- (D) Diretor-Geral, quando se tratar de servidor nomeado para os cargos em comissão CJ-4, CJ-3, CJ-2 e CJ-1.
- (E) Presidente do Tribunal, quando se tratar de qualquer servidor.

**17. Considerando a composição do TRT da 1ª Região, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O Tribunal compõe-se de cinquenta e cinco Desembargadores.
- (B) Cada Desembargador terá dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
- (C) Haverá um gabinete para cada Desembargador, com lotação aprovada pelo Órgão Especial.
- (D) As vagas de Desembargador no TRT da 1ª Região serão preenchidas pela promoção de Juízes do Trabalho e nomeação de membros do Ministério Público do Trabalho e de advogados.
- (E) No preenchimento das vagas para promoção de Juízes substitutos e para o acesso de Juízes titulares, serão observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

**18. Sobre os órgãos que compõem o TRT 1ª Região, assinale a alternativa correta quanto ao Órgão Especial.**

- (A) O Órgão especial é composto por 24 Desembargadores.
- (B) Tem composição exclusiva entre Desembargadores mais antigos do Tribunal.
- (C) O seu Presidente será o Desembargador mais antigo que o compõe.
- (D) O Presidente do Órgão Especial será substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Presidente, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo Desembargador mais antigo presente à sessão.
- (E) Dentre outras, tem a competência para deliberar, por proposta do Presidente, sobre concursos para preenchimento de vagas destinadas à magistratura da carreira e aquelas verificadas em seu quadro de pessoal.

**19. Sobre as Seções Especializadas previstas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por 11 (onze) Desembargadores.
- (B) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SEDIC é constituída por 11 (onze) Desembargadores, nela figurando, como membros natos, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.
- (C) A Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) é por 14 (quatorze), já incluído o Presidente da Seção.
- (D) A Presidência das Seções Especializadas é exercida pelo Desembargador indicado pelo Presidente do TRT 1ª Região.
- (E) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo Desembargador mais antigo presente à sessão, desde que não seja Presidente de Turma.

**20. Sobre as decisões e o acórdão dos órgãos colegiados, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) No caso de ser vencido o relator, redigirá o acórdão o magistrado que primeiro divergir, sustentando a tese vencedora.
- (B) As decisões serão tomadas pela maioria de votos, salvo nas hipóteses em que haja exigência de *quorum* qualificado.
- (C) Constarão do acórdão a espécie, o número do feito, os nomes das partes, a exposição dos fatos ou a remissão ao relatório em que foram expostos os fundamentos da decisão e as suas conclusões, discriminando-se, se for o caso, as questões preliminares ou prejudiciais apreciadas no julgamento e consignando-se a eventual existência de votos vencidos, com indicação sucinta da respectiva conclusão.
- (D) Digitado o acórdão e colhidas as necessárias assinaturas, o gabinete do magistrado redator providenciará a sua publicação ou a intimação, se for o caso.
- (E) As atas das sessões serão lavradas exclusivamente pelos Presidentes dos órgãos colegiados.

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

- 21. A Lei n. 7.853/1989 trouxe em seu texto a concepção de assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos e constituiu um importante normativo naquele momento histórico. Para isso, foram enumeradas várias medidas a fim de garantir a integração da pessoa portadora de deficiência, dentre elas:**

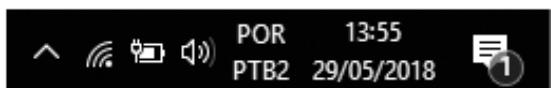
- (A) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos e privados de ensino.
- (B) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito e de tratamento adequado a suas vítimas.
- (C) a garantia de atendimento domiciliar de saúde a qualquer deficiente não internado.
- (D) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em qualquer nível escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados educandos portadores de deficiência.
- (E) a matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
- 22. Antônio tem 17 anos de idade e é portador de necessidade especial. Sua mãe, Renata, compareceu ao Ministério Público do Rio de Janeiro e questionou vários dos direitos que estão ligados à garantia de integração de seu filho, previstos na Lei n. 7.853/1989. Nesse sentido, é correto afirmar que Antônio terá direito, na área**
- (A) de recursos humanos, à formação de professores de nível superior para atuar na Educação Especial.
- (B) das edificações, à adoção e à efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações, que evitem ou removam os óbices e permitam o acesso a edifícios, a logradouros, sendo desnecessária a adaptação dos meios de transporte.
- (C) da formação profissional e do trabalho, a que o Estado promova ações eficazes que propiciem a inserção, de pessoas portadoras de deficiência, apenas no setor público.
- (D) da educação, aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.
- (E) da saúde, à promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da pessoa com deficiência.
- 23. Nos termos da Lei Federal n. 13.146/2015, a pessoa com deficiência, EXCETO:**
- (A) tem direito a atenção integral à saúde, em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
- (B) possui direito ao processo de habilitação e de reabilitação.
- (C) não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- (D) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- (E) tem direito a receber atendimento prioritário.
- 24. De acordo com a Lei n. 13.146/2015 e a Resolução n. 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, esses dois normativos consideram a perspectiva da inclusão e traz regramento para a sociedade, em especial para os tribunais. Considere as afirmativas abaixo e assinale a correta.**
- (A) Servidor com horário especial não poderá exercer cargo em comissão, em função de sua onerosidade.
- (B) Se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício deverá ser aproveitado de forma proporcional pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.
- (C) Como forma de correção de injustiças, deve ser imposta à pessoa com deficiência a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, sob pena de responsabilidade por omissão.
- (D) Cada órgão do Poder Judiciário deverá manter um cadastro dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no seu quadro, com atualização a cada 6 meses.
- (E) A concessão de horário especial constitui tratamento diferenciado e pode ser compreendida como atitude discriminatória.
- 25. Dentre os direitos que possui uma pessoa com necessidades especiais, é incorreto afirmar que**
- (A) os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos e privados deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
- (B) em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.



- (C) os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de, no mínimo, cinco espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.
- (D) os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atenderem aos requisitos de acessibilidade.
- (E) os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 26. Considerando a imagem ilustrativa abaixo, assinale a alternativa correta.**



- (A) A imagem refere-se ao menu Iniciar do Windows 7.
- (B) Pela imagem, percebe-se que há uma mensagem da Central de Ações ainda não lida pelo usuário.
- (C) Não é possível identificar por meio da imagem se o computador está conectado a alguma rede.
- (D) O áudio do computador está desativado.
- (E) A imagem indica que o computador será reiniciado automaticamente após a atualização do Windows ser instalada.

- 27. Em relação aos conceitos de internet e redes de computadores, analise as assertivas a seguir.**

- I – O protocolo IP é o responsável por identificar as redes da internet por meio de endereços IP.
- II – Os webmails utilizam o protocolo SMTP para o envio das mensagens eletrônicas.
- III – O protocolo de transporte utilizado para videoconferências é o UDP.
- Estão corretas apenas as assertivas:**

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

- 28. Em relação à lixeira do Windows, considerando as configurações padrão do sistema Windows, assinale a alternativa correta.**
- (A) Ao se pressionar a tecla DELETE, havendo um arquivo selecionado, este será excluído permanentemente do computador.
- (B) Ao se esvaziar a lixeira do Windows, os arquivos nela armazenados serão excluídos permanentemente.
- (C) Não é possível determinar o tamanho máximo de armazenamento da lixeira do Windows.
- (D) Ao se restaurar um arquivo da lixeira, este será transferido para a Área de Trabalho.
- (E) Não é possível excluir os arquivos sem a confirmação de exclusão.

- 29. Para se calcular a média aritmética dos valores do intervalo das células A1 até B3, assinale qual fórmula o usuário deve utilizar:**

- (A) =SOMA(A1:B3)/CONT.NÚM(A1:B3)
- (B) =MÉDIA(A1:B3)
- (C) =A1+A2+A3+B1+B2+B3/6
- (D) =MED(A1:B3)
- (E) =SOMASE(A1:B3;6)

- 30. Os malwares são pragas digitais que comprometem o funcionamento dos sistemas, acarretando, muitas vezes, perdas de dados e até mesmo fraudes financeiras. A respeito da ameaça Bot, assinale a alternativa correta.**

- (A) É um vírus que corrompe os arquivos do usuário, impedindo o carregamento do sistema operacional.
- (B) É recebido com um aplicativo útil, porém é um disfarce para o envio de outras ameaças, como vírus, Worms e Spywares.
- (C) É um Worm evoluído que recebeu incrementos de comunicação, permitido ao atacante se conectar a ele e enviar comandos remotamente.
- (D) Captura as teclas digitadas pelo usuário no teclado físico.
- (E) É um golpe que direciona o usuário para uma página fraudulenta, visando furtar seus dados sigilosos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 31. Em relação ao Poder Judiciário, seus tribunais e magistrados, assinale a opção correta.**

- (A) É possível a remoção de juiz – bem como a decretação de sua disponibilidade ou aposentadoria –, por interesse público, mediante decisão da maioria simples do respectivo tribunal ou do CNJ.

- (B) Apenas desembargadores de carreira podem concorrer às vagas reservadas no STJ aos integrantes dos tribunais de justiça e TRFs; excluídos, portanto, os desembargadores alçados aos tribunais pelo quinto constitucional.
- (C) Compete à Justiça Comum dirimir as controvérsias instauradas entre pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta e seus empregados, cuja relação é regida pela CLT.
- (D) O juiz de primeiro grau adquire vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo; depois disso, ele só perderá o cargo mediante deliberação da maioria simples do tribunal a que estiver vinculado ou por sentença judicial transitada em julgado.
- (E) Somente depois de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração ou aposentadoria poderá o juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou.

**32. De acordo com a jurisprudência do STF acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.**

- (A) Entidade de classe somente pode impetrar mandado de segurança coletivo em favor de seus associados se for por eles expressamente autorizada.
- (B) O aproveitamento, em processo administrativo disciplinar, de prova licitamente obtida mediante interceptação telefônica autorizada judicialmente em investigação criminal ou ação penal é constitucional.
- (C) O cancelamento de naturalização obtida pela via administrativa somente pode ser feito mediante processo judicial.
- (D) Os direitos e garantias fundamentais restringem-se àqueles expressamente previstos em seu rol de direitos e garantias individuais e coletivos, não abrangendo, portanto, os denominados direitos políticos.
- (E) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

**33. O Presidente da República, mediante decreto, delegou aos Ministros de Estado e ao Procurador-Geral da República a competência para, após processo administrativo disciplinar, aplicar a penalidade de demissão a servidor público federal.**

**Com referência a essa situação hipotética e com base na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.**

- (A) As competências conferidas pelo texto da CF ao Presidente da República são indelegáveis, motivo por que o decreto em apreço é inconstitucional.
- (B) Considerando que, na hipótese em tela, o Presidente da República agiu como chefe de Estado, a referida delegação não poderia ocorrer, no âmbito estadual, do governador para os secretários estaduais.
- (C) O referido decreto está de acordo com a CF, pois a possibilidade de delegação da competência para prover cargos públicos federais abrange também a competência para demitir o servidor público.
- (D) O decreto citado violou a CF, pois só há previsão de delegação para provimento de cargos públicos federais, e não para hipóteses de demissão.
- (E) De acordo com o texto da CF, a referida delegação pode, sim, ser feita aos Ministros de Estado, mas não pode ser estendida ao Procurador-Geral da União. Por isso, o decreto em questão padece do vício de inconstitucionalidade.

**34. Considere a seguinte situação hipotética e marque a opção correta.**

**Na ausência de lei federal sobre um determinado tema, de competência legislativa concorrente, em 2000, o Estado do Rio de Janeiro exerceu sua competência legislativa em matéria de proteção e defesa da saúde, nos termos da Constituição Federal, editando lei estadual que proibiu o uso de determinada substância no território estadual. Em 2007, a União editou lei federal que regulou o uso dessa mesma substância, permitindo-o, ainda que de forma restrita. No entanto, a lei federal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Não foi suspensa a aplicação da norma federal, no entanto ela foi declarada inconstitucional, em 2018. Com isso, a lei estadual deve ser considerada**

- (A) inválida, pois, no âmbito da competência legislativa concorrente, caberia ao Município – e não ao Estado – legislar sobre proteção e defesa da saúde, sobretudo se o uso da substância for relacionado ao interesse local.
- (B) válida, pois a superveniência de lei federal apenas suspende a eficácia da lei estadual no âmbito da competência concorrente, de modo que, com a declaração de inconstitucionalidade da lei federal, a norma estadual teve sua eficácia restabelecida.
- (C) inválida, pois a declaração de inconstitucionalidade da lei federal não restabelece a eficá-

- cia da lei estadual, tendo como efeito apenas a devolução da competência ao Estado para legislar sobre normas gerais enquanto não for editada nova lei federal.
- (D) válida, pois a lei federal não revoga nem suspende a eficácia da lei estadual. Em casos em que as normas federal e estadual forem incompatíveis, caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir qual delas é aplicável.
- (E) inválida, pois a competência legislativa corrente permite que o Estado exerça sua competência suplementar somente após a União exercer plenamente sua competência de legislar sobre normas gerais.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**35. Sobre o controle dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.**

- (A) O estagiário que atua no serviço público está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa, mesmo se a atividade desempenhada ocorrer sem remuneração.
- (B) Segundo a jurisprudência, é possível a propositura de ação de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade dos órgãos públicos.
- (D) As pessoas jurídicas não poderão figurar como sujeito ativo dos atos de improbidade na condição de terceira beneficiária.
- (E) O princípio da insignificância é aplicado aos processos com fundamento na Lei de Improbidade.

**36. Para Meirelles, “poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”. Assim, pode-se concluir que, através do poder de polícia, a Administração visa a conter abusos individuais restringindo o direito individual em benefício do bem-estar da coletividade. Sobre esse poder, pode-se afirmar:**

- (A) A discricionariedade do poder de polícia não permite a prática de ato vinculado.
- (B) O poder de polícia administrativo é uma atividade que se manifesta por meio de atos concretos em benefício do interesse público. Para efetivar a eficiência da atividade administrati-

va, pode-se mediante convênio delegar esse poder a pessoas da iniciativa privada não integrantes da Administração Pública.

- (C) A Constituição autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- (D) A licença é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração facilita àquele que preencha os requisitos exigidos em lei o exercício de uma atividade. Assim, cabe à autoridade tão somente verificar, em cada caso concreto, se foram preenchidos os requisitos legais exigidos para outorga administrativa e, em caso afirmativo, expedir o ato, sem possibilidade de recusa.
- (E) O poder de polícia é exercido por atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, compreendendo apenas medidas preventivas.

**37. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta.**

- (A) Quando houver inviabilidade de competição para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a licitação será dispensável.
- (B) Tomada de preços é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (C) Enquadra-se na hipótese de dispensa da licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Os casos de dispensa de licitação decorrem da competência vinculada da Administração, pois o rol do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 é taxativo.
- (E) Em consonância com o princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o vencedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

**38. De acordo com a doutrina de direito administrativo, assinale a alternativa correta sobre os serviços públicos.**

- (A) É permitido ao Estado delegar a prestação de determinados serviços públicos a particulares, competindo-lhe, todavia, o controle sobre sua execução.



- (B) A permissão de serviço público possui contornos bilaterais, mas, diferentemente da concessão de serviço público, não pode ser caracterizada como de natureza contratual.
- (C) A Administração Pública poderá delegar aos particulares a execução de determinado serviço público, mediante concessão, que constitui ato administrativo unilateral, discricionário e precário.
- (D) A classificação de determinado serviço público como coletivo pressupõe a individualização de seus destinatários, propiciando a medição da utilização individual direta do serviço público prestado.
- (E) A caducidade exige a edição de lei autorizando a extinção da concessão bem como prévia indenização, se houver.

## DIREITO DO TRABALHO

**39. Quanto à remuneração e ao salário, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber compreendem-se na remuneração do empregado.
- (B) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.
- (C) As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
- (D) Não será considerado como salário-utilidade o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.
- (E) As diárias para viagem serão computadas como salário desde que excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.

**40. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador. Nesse caso, serão devidas as seguintes parcelas:**

- I – por metade o aviso prévio, se indenizado.
- II – multa rescisória de 40% sobre o saldo de FGTS.
- III – por metade, multa rescisória de 40% sobre o saldo de FGTS.
- IV – movimentação integral da conta vinculada de FGTS.

**Está correto o que consta APENAS em**

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.

- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

**41. O aviso prévio será proporcional à duração do contrato de trabalho na proporção de**

- (A) 30 dias aos empregados que contem até dois anos de serviço na mesma empresa.
- (B) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
- (C) 30 dias aos empregados que contem até dois anos de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.
- (D) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 dias, perfazendo um total de até 120 dias.
- (E) 30 dias aos empregados que contem até um ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos cinco dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 80 dias, perfazendo um total de até 110 dias.

**42. Acerca da sucessão trabalhista, assinale a alternativa correta.**

- I – Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- II – O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- III – O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

**Está correto o que consta APENAS em**

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

**43. Quanto à equiparação salarial, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.

- (B) Não haverá equiparação salarial quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.
- (C) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial em razão do princípio da não discriminação.
- (D) No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

**44. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:**

- I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais.
- II – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- III – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.
- IV – troca do dia de feriado.

**Está correto o que se afirma em:**

- (A) nenhuma das alternativas.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) todas as alternativas.
- (E) I e IV.

**45. Assinale a alternativa correta.**

- (A) Considera-se empregador apenas a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- (B) Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios entre as empresas que compõem o grupo.

- (C) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (D) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- (E) Não serão computados, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

**46. Assinale a alternativa que apresenta título executivo judicial que será executado pela Justiça do Trabalho.**

- (A) Sentença arbitral decorrente de conflitos oriundos das relações de trabalho.
- (B) Termo de conciliação firmado perante as câmaras intersindicais de conciliação prévia.
- (C) Termo de compromisso de ajustamento de conduta firmado perante o Ministério Público.
- (D) Cheque.
- (E) Nota Promissória.

**47. Em relação ao procedimento sumaríssimo, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**

- I – Far-se-á a citação por edital, caso o reclamado esteja em local incerto e não sabido.
- II – A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento.
- III – O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- IV – As testemunhas, até o máximo de duas para cada pedido, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

**Estão corretas:**

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas I, II e III.
- (D) apenas I e IV.
- (E) apenas II e III.

**48. Assinale a alternativa correta.**

- (A) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.
- (B) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.
- (C) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será vedada a suspensão processual.
- (D) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será vedada a suspensão processual.
- (E) Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de 15 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo.

**49. Quanto às audiências trabalhistas, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
- (B) À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo secretário ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer.
- (C) Se, até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, o juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- (D) A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
- (E) A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluirá no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

**50. Considere as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.**

I – Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

II – Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

III – Cabe agravo de instrumento das decisões interlocutórias proferidas antes da Sentença.

- (A) I e II são corretas.
- (B) I, II e III são corretas.
- (C) Todas são incorretas.
- (D) Somente I é correta.
- (E) Somente I e III são corretas.

**51. Assinale a assertiva incorreta quanto aos recursos trabalhistas.**

- (A) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.
- (B) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
- (C) Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, podendo o Tribunal Superior do Trabalho modular os efeitos da decisão que a tenha alterado.
- (D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumário, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.



- (E) É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.

**52. Assinale a alternativa correta quanto aos recursos trabalhistas.**

- (A) Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.
- (B) Caberá agravo de instrumento da decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- (C) Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito devolutivo e suspensivo.
- (E) Cabe recurso ordinário das decisões do Juiz nas decisões definitivas em execuções.

**DIREITO CIVIL**

**53. Assinale a opção correta.**

- (A) Cessada a eficácia de uma lei temporária que havia revogado uma lei anterior, ocorre a reprise da eficácia automática desta última lei, salvo disposição em contrário.
- (B) Os direitos sob condição suspensiva só passam a ser protegidos como direitos adquiridos após o implemento da condição suspensiva.
- (C) O regime de bens do casamento obedece à lei do país em que houver a celebração do casamento.
- (D) O direito de propriedade que um brasileiro possui sobre um imóvel situado em Miami será disciplinado pela lei brasileira.
- (E) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

**54. Assinale a opção correta.**

- (A) De acordo com o Código Civil, os índios são relativamente incapazes.
- (B) A emancipação pela obtenção de economia própria por parte do menor pode acontecer mesmo se a sua idade for inferior a dezenas de anos.
- (C) No caso de simulação em decisão tomada em reunião ou em assembleia de pessoa jurídica, haverá nulidade absoluta, de maneira que será viável a declaração dessa nulidade a qualquer tempo.

- (D) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

**55. Assinale a opção correta.**

- (A) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (B) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (C) O devedor tem o direito de exigir que o credor receba o pagamento de apenas parte da dívida, mas isso não impedirá que o devedor seja considerado inadimplente em relação à parcela não paga da dívida.
- (D) A regra geral é a de que as obrigações são portáteis.
- (E) Os juros moratórios legais correspondem a 1% a.m.

**56. Assinale a opção correta.**

- (A) Aquele que tiver prometido fato de terceiro não responderá por perdas e danos, quando este não o executar.
- (B) É admissível oferecer, como garantia do pagamento de uma dívida, o direito hereditário que vier a surgir com a futura morte de um parente.
- (C) De acordo com o Código Civil, não se aplica a garantia da evicção no caso de aquisição de bem em hasta pública.
- (D) A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, só é admitida por meio de interpelação judicial.
- (E) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**57. Com relação aos recursos no novo CPC, assinale a alternativa correta.**

- (A) A parte que interpuser recurso principal poderá desistir do recurso desde que haja consentimento do recorrido.

- (B) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) A ausência de preparo no ato de interposição do recurso gera o fenômeno da deserção, devendo o recurso ser imediatamente não conhecido.
- (E) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo se distintos ou opositos os seus interesses, pois se trata de conduta alternativa.

**58. Com relação às regras de ação rescisória no novo CPC, assinale a alternativa correta.**

- (A) A ação rescisória não pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão, devendo impugnar todo conteúdo decisório que tenha transitado em julgado.
- (B) É possível ajuizamento de ação rescisória em face de decisão terminativa, sem mérito.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação rescisória em face de decisão proferida em processo no qual não foi parte.
- (D) O prazo prescricional para ajuizamento de ação rescisória é de 2 anos, contados do trânsito em julgado.
- (E) O prazo para ajuizamento da ação rescisória é decadencial de 5 anos em caso de prova nova.

**59. Considerando o procedimento comum e as regras do NCPC, marque a alternativa correta.**

- (A) O réu revel poderá participar do processo normalmente, mas não poderá produzir provas não postuladas por ausência de contestação.
- (B) A multa prevista para quem não comparecer à audiência de conciliação ou mediação será de 2% sobre o valor da causa ou vantagem pretendida, revertendo-se a favor da parte adversa.
- (C) Em face de decisão parcial de mérito, caberá o recurso de agravo de instrumento no prazo de 15 dias.
- (D) O prazo para oferecimento de resposta de réu será de 15 dias, podendo o réu apresentar contestação e reconvenção, desde que faça simultaneamente, em peças separadas.
- (E) Não é possível inversão do ônus da prova na decisão de saneamento.

**60. Marque a alternativa correta.**

- (A) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, em nenhuma hipótese, sob pena de violação do devido processo legal.
- (B) Os Juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (C) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica ou da autenticidade ou da falsidade de documento.
- (D) Não se admite ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- (E) O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.



## FOLHA DE RESPOSTAS

### CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDOR ANALISTA JUDICIÁRIO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 1ª REGIÃO

Edital Nº 01/2018

#### ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

